



A PRESSÃO URBANA NO ENTORNO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA EM MACAPÁ-AMAPÁ

THE URBAN PRESSURE IN THE SURROUNDINGS OF THE FAZENDINHA'S ENVIRONMENTAL PROTECTION AREA IN MACAPÁ-AMAPÁ

Hilda Helena da Silva – UNIFAP – Macapá – Amapá – Brasil
helena_lipe@yahoo.com.br

Patrícia Rocha Chaves – UNIFAP – Macapá – Amapá - Brasil
rochavespatricia@gmail.com

Eliane Aparecida Cabral da Silva – UNIFAP - Macapá - Brasil
lianecabral@hotmail.com

Daguinete Maria Chaves Brito – UNIFAP - Amapá-Brasil
dagnete@uol.com.br

RESUMO

No Amapá, o uso das terras se apresenta sob diferentes perspectivas. O viés ambiental, é um desses cenários, que ecoa na sociedade contemporânea, como urgente discurso de sobrevivência planetária. As dinâmicas populacionais e urbanas percebidas no Amapá, especialmente nas cidades de Macapá e Santana, revelam uma produção urbana alicerçada em atender o avanço das atividades produtivas, em particular no uso do solo urbano, condição que reverbera no entorno da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha. O objetivo deste artigo é contribuir com uma análise sobre como a produção capitalista do território tem avançado e provocado uma pressão urbana no entorno da APA da Fazendinha, impactando na sua existência e manutenção. Este trabalho é parte da dissertação de mestrado defendida em dezembro de 2022 pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amapá- PPGeo/UNIFAP. Esta análise centrou nas discussões teóricas, atividades de campo e produção de mapas. As reflexões e medites aqui elencadas, permitiram confirmar que a pressão urbana exercida no entorno da APA, é reflexo do processo de urbanização pelo qual as referidas cidades vivenciam e que a preservação ambiental construída na implementação das unidades de conservação é, na verdade, uma geopolítica governamental, assegurando ao Estado o domínio e controle de porções do território.

Palavras-Chave: Território; Unidades de Conservação; Cidades

ABSTRACT

In Amapá, land use is presented from different perspectives. The environmental bias is one of these scenarios, which echoes in contemporary society, as an urgent discourse of planetary survival. The population and urban dynamics perceived in Amapá, especially in the cities of Macapá and Santana, reveal an urban production based on meeting the advance of productive activities, in particular in the use of urban land, a condition that reverberates in the surroundings of the Fazendinha Environmental Protection Area . The objective of this article is to contribute with an analysis of how the capitalist production of the territory has advanced and provoked an urban pressure in the vicinity of the APA da Fazendinha, impacting its existence and maintenance. This work is part of the master's thesis defended in December 2022 by the Graduate Program in Geography at the Federal University of Amapá - PPGeo/UNIFAP. This analysis focused on theoretical discussions, field activities and map production. The reflections and meditations listed here allowed confirming that the urban pressure exerted around the APA is a reflection of the urbanization process through which the referred cities experience and that the environmental preservation built in the implementation of the conservation units is, in fact, a geopolitics government, assuring to the State the domain and control of portions of the territory.

Keywords: Territory; Conservation units; Cities

INTRODUÇÃO

Na história das sociedades, as formas com que os indivíduos se relacionam com o espaço alteraram-se significativamente ao longo do tempo. Promovendo diferentes formações econômicas e sociais, ou melhor dizendo, socio territoriais, que vão imputar ao território, características do processo de construção das relações sociais de produção.

Com o surgimento do modo capitalista de produção, percebe-se uma mudança na relação sociedade-natureza e na organização social, que passa por discursões de reestruturação social. Para Moraes e Costa (1987) a inserção do modo capitalista de produção, representou uma transformação radical em todos os aspectos da vida social e econômica, especialmente nas cidades que emergem como um *lócus* a dar sustentação a essa dinâmica.

As cidades se organizam sob a lógica da produção capitalista, sendo hierarquizada e disciplinada para atender ao capital. Emergem com forma, função e processo desse novo modelo de desenvolvimento econômico, estruturado nas relações sociais de produção do capitalismo, ou seja, como motor propulsor entrelaçado ao dinamismo urbano e as atividades econômicas.

Lefebvre (2001) assevera que a cidade sempre tem relações com a sociedade no seu conjunto e que partindo dessa premissa é possível conhecer as especificidades dos fenômenos que ela apresenta, dentre os quais os fenômenos urbanos que desencadeiam a ocupação irregular de certas áreas.

Macapá é o município do Estado do Amapá mais populoso com 512.902 habitantes, seguido por Santana que tem 123.096 habitantes, ambas são as maiores cidades do Amapá em termos populacionais (IBGE, 2020).

Pode-se afirmar que esse crescimento se intensificou a partir dos anos 1980, impulsionada pela forma atrativa com que a cidade se apresentava: Macapá enquanto capital do ex território e, atualmente do Estado, centralizando as especificidades do urbano e Santana agregando as atividades portuárias, concentração populacional fomentada pela indústria que tem fomentando a valorização de terras nestas cidades.

Essa dinâmica na busca pelo urbano, tem fomentado ações que pressionam e impactam diretamente algumas áreas protegidas por lei, a exemplo da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha (APA), localizada ao sul do município de Macapá, na divisa com o município de Santana, situando-se a margem esquerda da Rodovia Juscelino Kubistchek-JK.

Esta área passou a ser alvo do interesse e atuação do mercado imobiliário, ora observado com a construção, inúmeros residenciais e loteamentos que se efetivaram na região, promovendo um avanço populacional a desencadear ocupações desordenadas e atividades potencialmente degradadoras que tendem a impactar na existência e manutenção desta unidade de conservação (UC).

Observa-se na sociedade contemporânea um discurso de preocupação com o meio ambiente, face a mundialização da economia e a conseqüentemente exploração dos recursos naturais de forma predatória.

Averiguar as afirmativas apregoadas ao discurso de criação e proteção das UC entrelaçadas as atividades econômicas praticadas pelo modo capitalista de produção é o

ponto de relevância que despertou o interesse em investigar essa questão emblemática entre discurso e prática.

Face a relevância do tema o objetivo deste artigo é contribuir com uma análise sobre como a produção capitalista do território tem avançado e provocado uma pressão urbana no entorno da APA da Fazendinha, que é uma UC de uso sustentável.

Esta análise é parte da dissertação de mestrado defendida em dezembro de 2022 pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amapá – PPGeo/UNIFAP. A metodologia utilizada neste trabalho tem seu referencial teórico centrado no conceito de território, por ser essa categoria que possibilita múltiplas leituras de compreensão das realidades socio territoriais e suas transformações.

Embasadas nestas discussões, Oliveira (2003) compreende que o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela relação consciente com a natureza. Além das diferentes visões do território, o estudo em tela, se fundamentou nas discursões do urbano e nos debates conceituais de áreas legalmente protegidas.

A partir dos arcabouços teóricos, foram realizadas atividades de campo, delimitação de uma zona *buffer*, registro fotográfico, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas¹ aos moradores da APA e seu entorno, a Secretária Estadual de Meio Ambiente (SEMA), aos promotores imobiliários, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Postura Urbana (SEMAM) e demais órgãos e instituições públicas, que possibilitou a produção de mapas e de uma cartográfica atual de uso do entorno APA.

APA da Fazendinha, representa um ambiente importante para a qualidade de vida e o bem-estar das populações que ali residem. Conhecer a geografia dessas transformações espaciais no seu entorno, demonstra a força do capital nesses processos de mudanças significativas que impactam esta UC.

¹ Em conformidade com Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética nº 5.203.919, no qual, os entrevistados assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido TCLE com base nas resoluções do Conselho Nacional de Saúde (Resolução 466/2012 e 510/2016 CNS/CONEP).

CONCEITUAÇÃO E CRIAÇÃO DAS ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS

A criação de Áreas Legalmente Protegidas surge em um contexto de preocupação com o meio ambiente e com a necessidade de se garantir fontes de recursos essenciais a produção e reprodução do capital, que explora os recursos naturais de forma indiscriminada, trazendo grandes impactos à natureza e a sociedade, as quais depende desses recursos para sobreviver.

Como resposta a problemática necessidade de se conter, limitar e/ou normatizar o acesso a essas áreas com atributos ecológicos importantes, políticas públicas têm sido criadas, a fim de proteger e/ou minimizar a realidade desse quadro devastador.

Milano (2012) assevera que áreas protegidas, são espaços territoriais com uso limitado ou proibido, objetivando resguarda-las dessa indiscriminada exploração em diferentes níveis e com diferentes propósitos. Deste modo, a criação dessas áreas, enquanto conceito reverberou a nível mundial.

A criação de áreas legalmente protegidas, é uma dessas políticas públicas adotadas mundialmente. Brito (2003, p. 26) destaca que “a criação de inúmeras áreas ambientalmente protegidas pelos diversos governos nacionais, nos vários continentes, proporcionou um dos primeiros e mais importantes pilares das políticas ambientais instituídas no mundo contemporâneo”.

Para Diegues (2008) o modelo de criação dessas áreas, tornou-se uma das estratégias políticas conservacionistas de preservação da natureza mais difundidas nos países do Terceiro Mundo.

No entanto, essa estratégia de controle, que apresenta o homem como destruidor da natureza, emerge em meados do século XIX, primeiramente nos Estados Unidos, com a criação em 1872 do Parque Nacional de Yellowstone, que se tornou um marco referencial na criação, evolução e difusão do moderno conceito de áreas protegidas.

Destoando dessa visão preservacionista, Araújo (2012) afirma que o modelo de áreas protegidas representa o nascimento, em meados do século XIX, de uma concepção

protecionista da natureza, alicerçada na criação de espaços reservados separados do convívio humano, cujo uso seria controlado pelo poder público.

Conforme se observa, as áreas protegidas apresentam-se com diferentes propósitos e percepções, contudo o objetivo maior, de acordo com Milano (2012) é limitar ou proibir o uso humano, a fim de preservar-lhes os atributos ecológicos essenciais a evolução natural, assim como, assegurar a preservação da biodiversidade e, para isso delimita-se porções do território.

Na compreensão de Moraes e Costa (1987) essas áreas naturais simbolizam para a sociedade em geral e, para o capital em particular reservas territoriais (com todos os recursos ali contidos), consideradas estratégicas para valorização futura.

Brito (2000) apresenta uma visão divergente, sobre o uso dessas frações do território. Para a referida autora, o pressuposto mais importante que fundamentou a criação dessas áreas protegidas em diversos países do mundo, foi resguardá-las, do intenso processo vivenciado na atualidade, para posterior socialização desses atributos naturais com a humanidade.

A referida autora assevera que no Brasil, a criação das áreas protegidas está envolto em particularidades políticas, econômicas, culturais e ambientais, que caracterizam e diferenciam esses espaços protegidos, quanto aos diferentes usos e objetivos.

Apesar de visões diferenciadas e, por ser uma política de âmbito mundial, as áreas protegidas, de acordo com Araújo (2012, p. 25) são conceituadas pela IUCN² como “uma área de terra e/ou mar especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e de seus recursos naturais e culturais associados e manejada através de instrumentos legais ou outros meios efetivos”.

Conforme se observa, as áreas protegidas foram criadas estrategicamente como reservas territoriais, para se garantir a manutenção dos recursos naturais, assim como,

² International Union for Conservation of Nature, também conhecida pela sigla UICN, é uma organização civil, que desenvolve importante papel para a conservação da biodiversidade em nível mundial

resguardar e preservar áreas naturais para a contemplação da natureza, além de assegurar os atributos necessários as atividades econômicas.

Para o Ministério do Meio Ambiente (MMA)³ as áreas protegidas, são consideradas provedores de serviços ambientais, com ampla possibilidade de negócios e essenciais, do ponto de vista econômico. Essas áreas englobam as *Unidades de Conservação (UC), Mosaicos e Corredores Ecológicos*, havendo a necessidade de se resguardar essa socio biodiversidade.

Nesta conceituação do MMA, observa-se a compreensão e/ou o entendimento de reservas territoriais apresentado por Moraes e Costa (1987), dialogando com o referido conceito de áreas protegidas.

No Brasil, as criações destes espaços protegidos datam de 1937, por iniciativa do Governo Federal e, atualmente, o país tem seu território delimitado por essas áreas (BRITO, 2000). Juridicamente esses espaços são regulamentados pela Lei nº 9.985, 2000 que institui o Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC) e, por outros arcabouços jurídicos instituídos no Brasil, a exemplo da Lei nº 9.605, 1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais.

O SNUC, integra sob um só marco legal, a gestão das UC nas três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal), assim como a participação da sociedade, fato que representou conquistas socioambientais importantes para a gestão destas UC.

Conforme Brito (2003) o processo de criação de áreas protegidas intensifica-se, com as pressões ocasionadas pelo sistema capitalista, que desencadeou profundas e rápidas transformações no espaço geográfico, conforme se constata no relatório mais completo dos últimos 50 anos sobre o estado de conservação da natureza no mundo.

De acordo com a Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos (IPBES) da Organização das Nações Unidas (ONU), o relatório destaca que a natureza está em declínio sem precedentes, com graves impactos nas populações ao

³ Disponível no antigo site do Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas.html>.

redor do mundo, o homem está assim, comprometendo a base de sua subsistência. (IPBES, 2019).

Na contemporaneidade, observa-se um discurso de preocupação com o meio ambiente acalora-se, face a expansão do modo capitalista de produção, que impõe aos ambientes naturais, um acelerado processo de destruição e coloca em risco a sustentabilidade planetária.

O ESTADO DO AMAPÁ E AS ÁREAS PROTEGIDAS

A necessidade de se resguarda a biodiversidade da região amazônica do acelerado processo de destruição, direcionou a gestão do Estado do Amapá para a criação de áreas protegidas. Desde a sua criação em 1988, o Amapá leva em consideração a variável ambiental, por se tratar de uma parcela da região amazônica rica em recursos naturais e com um patrimônio natural considerável e muito diversificado.

De acordo com dados de 2022 do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), o percentual de áreas protegidas⁴ no Brasil é de 26,48%. Deste significativo percentual a região amazônica abarca 14,16% e o Amapá 1,24%.

O referido percentual demonstra o interesse estratégico do Amapá, com a gestão de suas riquezas naturais, com intuito de assegurar futuras negociações e exploração de suas reservas territoriais. Quanto ao uso e ocupação de suas terras, o Amapá detém aproximadamente 70% do seu território sob modalidades de áreas protegidas, nas categorias de UC e terras indígenas.

As preocupações do Estado, com relação à gestão e proteção dos espaços legalmente protegidos no Amapá, não são recentes. Porto (2005) argumenta que desde a década de 1960 e 1980 já existiam registros de áreas de protegidas e terras indígenas demarcadas, ganhando ênfase a partir da década de 1990.

⁴ De acordo com o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) as áreas protegidas incluem além das UC, as terras indígenas e os territórios quilombolas.

A exemplo dessa política ambiental temos o Parque Florestal de Macapá ⁵ criado pelo governo do antigo Território Federal do Amapá (TFA) e, atual APA da Fazendinha. O Amapá se legitimou sobre um território pontilhado por áreas protegidas, que requer um olhar criterioso na gestão, proteção e manutenção desses espaços.

De acordo com Porto (2005) as riquezas naturais, no caso do Amapá, são de expressivo valor a fim de garantir a sustentabilidade e proteção da biodiversidade, no Brasil e no mundo. O referido autor destaca que para uma boa gestão desses espaços, se faz necessário investir muito mais do que tem ocorrido, além de adequar as políticas sociais e econômicas à proteção dos recursos naturais.

Tabela 1: Unidades de Conservação: Grupo e Categoria

GRUPO	CATEGORIA	OBJETIVO
PROTEÇÃO INTEGRAL	Estação Ecológica	Preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais.
	Reserva Biológica,	
	Parque Nacional	
	Monumento Natural	
	Refúgio de Vida Silvestre	
USO SUSTENTÁVEL	Área de Proteção Ambiental	Compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais. Admitem a exploração e o aproveitamento econômico dos recursos de forma planejada e regulamentada.
	Área de Relevante Interesse Ecológico	
	Floresta Nacional,	
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	

Fonte: Adaptado SNUC (2000)

⁵ Amapá, Decreto nº 030/1974

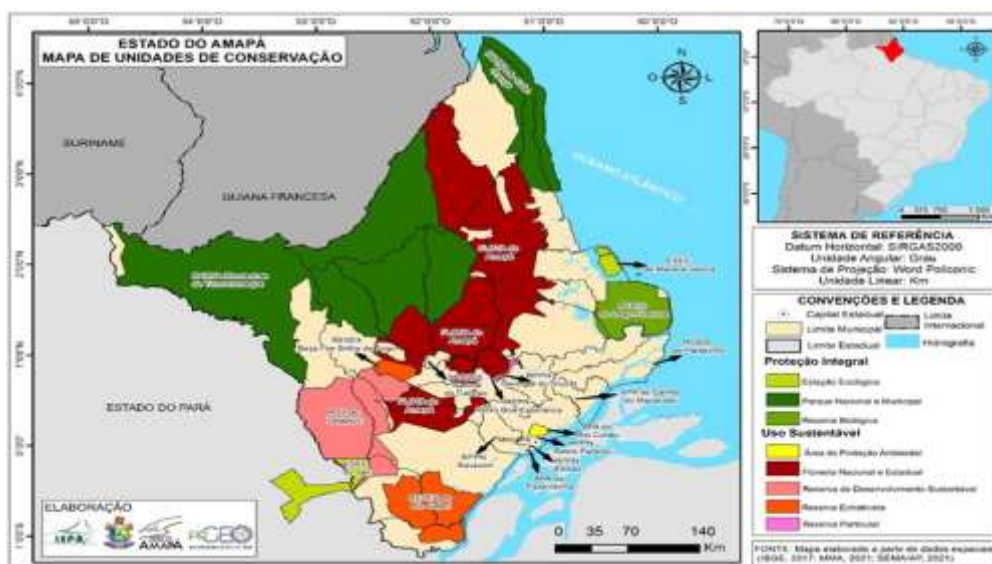
O expressivo percentual de 61,60% de terras na condição de UC, representa para o Amapá, uma diversidade natural, com potencial de assegurar importantes serviços ambientais (DRUMMOND *et al.*, 2008). Nesta perspectiva o Estado, contempla a presença de dois grupos, com diferentes categorias de UC, sob a gestão Federal, Estadual e Municipal (tabela 1).

A tabela reafirma a situação do Amapá frente a desafiadora missão de gerenciar estas UC. Haja visto que apenas delimitar territórios legalmente protegidos, não é garantia de sua preservação e conservação.

Heidrich (2009) enfatiza que a gestão das UC deve constitui-se em estratégia de duplo aspecto, a saber o efetivo controle e limitação de uso, assim como, a proteção e manutenção da diversidade biológica destes recursos.

Atualmente o Amapá conta com 20 UC, sendo 07 de *proteção integral* e 13 de *uso sustentável* (figura 1). Deste quantitativo, 12 encontram-se sob tutela da administração Federal, 05 sob a gestão do Estado e 03 sob tutela dos Municípios (Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Itaubal (ATLAS GEOGRÁFICO DO AMAPÁ, 2022).

Figura 1: Unidades de Conservação do Estado do Amapá.



Fonte: Atlas Geográfico do Amapá (2022).

Diante deste mosaico institucional, observa-se um diálogo entre os entes federativos, objetivando estratégias de gestão, conservação e preservação. A exemplo desse diálogo, temos o Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA), instituído pela Lei nº 0165 de 18 de agosto de 1994. O COEMA é composto por Instituições Estaduais, Federais, Municipais e por representantes da sociedade.

Outra importante informação sobre a espacialidade das UC no Amapá é que elas estão presentes nas terras de 15 dos 16 municípios do Estado, o que demonstra a importância de haver este diálogo entre as várias escalas de poder envolvidas na gestão e, estratégias que assegurem a população amapaense, os serviços ambientais que promovam de fato uma melhor qualidade de vida.

Em geral considera-se que o expressivo percentual de UC no Amapá, ainda se encontra em bom nível de conservação. Presume-se que isso ocorra em decorrência de sua localização geográfica, condição que acaba por dificultar o acesso a essas áreas, assim como, a utilização de seus diversos usos.

Informações do relatório do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), confirmam esse quadro de conservação, ao divulgar que o Amapá é o estado que vem apresentando baixos índices de desmatamento.

De acordo com o Imazon (2023) a devastação da floresta amazônica triplicou, oito dos nove estados que compõem a região da Amazônia Legal apresentaram aumento no desmatamento, com exceção do Amapá. Neste cenário foi mencionado também que as áreas menos afetadas pela derrubada das florestas, foram as UC, isso no primeiro trimestre de 2023.

Mesmo diante de dados promissores, observa-se uma fragilidade na condução da política de criação das UC, em se fazer cumprir com os objetivos a que se destinam, face a deficiência de uma infraestrutura para fiscalizar e monitorar esse universo de UC, além da inexistência de planos de manejos, a exemplo do que ocorre com a APA da Fazendinha.

Brito (2003), destaca que a criação das UC passou a ser compreendida pelas populações locais e outros sujeitos sociais, como condição impeditiva ao

desenvolvimento econômico, desencadeando discussões entre o poder público e a sociedade, que exige maior participação nesse processo de criação e gestão.

É nesse sentido que Oliveira (2003) considera que o território com potencial de recursos e de especulações de toda ordem, é o cenário, onde se travam as disputas pelo uso da terra, e de seus atributos naturais, assim como, o local onde se observa os diferentes discursos de preocupação com o meio ambiente e com a qualidade de vida. Discursos que se configuram e se materializam em ações e políticas desenvolvidas por diferentes classes sociais.

Assim, o Amapá dentro do cenário político de preservação nacional está posto como fração estatal disponível para a exploração capitalista, nos quais Estado e dinâmica do capital colocam sob controle o uso e a apropriação dos espaços.

A APA DA FAZENDINHA

O SNUC (2000) conceitua APA como uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

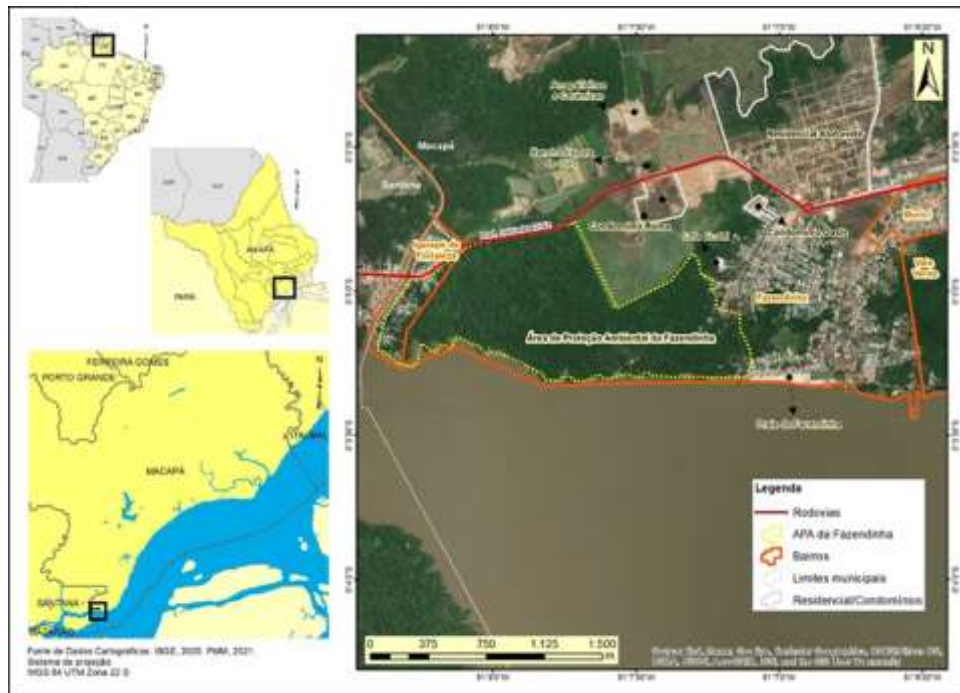
Em conformidade com o SNUC, a APA da Fazendinha é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, criada pela Lei Estadual nº 873, de 31 de dezembro de 2004, com uma área de 136,6 hectares. Situada no Município de Macapá, faz parte do conjunto de UC do Estado do Amapá (figura 2).

É nesses aspectos que a APA da Fazendinha foi criada e, de acordo com a Lei Estadual nº 873 de 2004, tem como objetivo conciliar a permanência da população local, a proteção do ambiente e o desenvolvimento de atividades econômicas por meio do uso racional dos seus recursos naturais.

A criação desta UC, acompanha a relevância que o conjunto de UC, com seus serviços ambientais representam para o desenvolvimento econômico, social e científico

do Brasil. Fato que se constata na espacialidade de áreas protegidas que pontilha o vasto território brasileiro, apesar do olhar prioritariamente ecológico com que o SNUC classifica as diferentes tipologias de áreas.

Figura 2: Vista aérea da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha



Fonte: Organizado por Silva, H.H e Elaborado por Sanches (2021).

A criação desta UC, acompanha a relevância que o conjunto de UC, com seus serviços ambientais representam para o desenvolvimento econômico, social e científico do Brasil. Fato que se constata na espacialidade de áreas protegidas que pontilha o vasto território brasileiro, apesar do olhar prioritariamente ecológico com que o SNUC classifica as diferentes tipologias de áreas.

Observa-se que o arcabouço jurídico desta UC, amplia sua possibilidade de uso e exploração econômica, o que lhe favorece um papel de destaque no vasto território brasileiro. Segundo dados do CNUC, o Brasil possui 416 APA, desse número, 36 localizados no bioma Amazônia, representando um percentual de 1,35% (Brasil, 2022)

Essa representativa espacial e econômica das APA é percebida no Amapá, que além da APA da Fazendinha, conta com outras 02 UC nesta categoria, 01 na gestão do

Estado (APA do Rio Curiaú, com 21.676,00 ha) e outra sob a tutela do Município de Itaubal (APA do Carmo do Macacoari, com 0,60 ha).

A Lei Estadual nº 873, 2004, dispõem também sobre os instrumentos e medidas que serão adotados na implementação, manejo e gerenciamento da APA da Fazendinha, entre outros:

I – Zoneamento Ambiental definindo o uso de cada zona, bem como as atividades que deverão ser restringidas ou proibidas na unidade.

II – Plano de Manejo elaborado em consonância com o Zoneamento Ambiental, com a participação da comunidade local e outros seguimentos da sociedade interessados e regulamentado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA.

III – O Licenciamento Ambiental; IV – O Cadastro dos moradores; V – O Monitoramento Ambiental; VI – A Fiscalização Ambiental; VII – A Educação Ambiental. (AMAPÁ, 2004, p. 8).

Além das medidas já prevista na citada Lei, o SNUC estabelece que no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação, as UC devem ter o seu *plano de manejo*, o documento técnico a respaldar, nortear e assegurar o bom uso destas UC.

Assim, transcorrido 18 anos de sua criação, a APA da Fazendinha, não dispõe de plano de manejo, condição que tem comprometido o gerenciamento desta UC, acarretando em outros impactos de natureza social e ambiental.

Sobre a falta do plano de manejo, o Coordenador de Gestão e Unidades de Conservação e Biodiversidade da Secretaria de Meio Ambiente (CGUCBio/SEMA)⁶, esclareceu que se institui a APA da Fazendinha, no entanto, os instrumentos legais de implementação desta UC não foram criados, conforme preconiza a Lei Estadual nº 873 de 2004 e o SNUC.

A falta do Plano de Manejo não é uma particularidade das APA no Amapá. De acordo com dados do CNUC (Brasil, 2022), do expressivo número de 416 APA em território brasileiro, 310 não dispõe do plano de manejo e apenas o 106 possuem este documento

⁶ Entrevista realizada em março de 2022 nas dependências da SEMA.

técnico, imprescindível para a proteção e manutenção da diversidade biológica, presentes nessas UC.

Devido sua localização na área sul do município de Macapá, no limite com o município de Santana, a APA da Fazendinha tornou-se vulnerável e, sofre intensa pressão antrópica, principalmente em seu entorno, onde se presencia a existência de um porto de embarque e desembarque, as margens do Igarapé da Fortaleza e vários empreendimentos comerciais (figura 3).

Figura 3: Igarapé da Fortaleza



Fonte: Silva, H.H (2022)

Esta vulnerabilidade é constatada pelo Ministério Público do Estado do Amapá⁷, no qual identificou que a APA da Fazendinha sofre intensa pressão antrópica decorrente de diversos fenômenos, a saber a urbanização desordenada, a exploração ilegal de recursos naturais e a ocupação irregular de imóveis rurais.

A situação fundiária da APA da Fazendinha possui um histórico, que não é muito diferente de outras UC existentes na região amazônica e no Amapá. A partir de

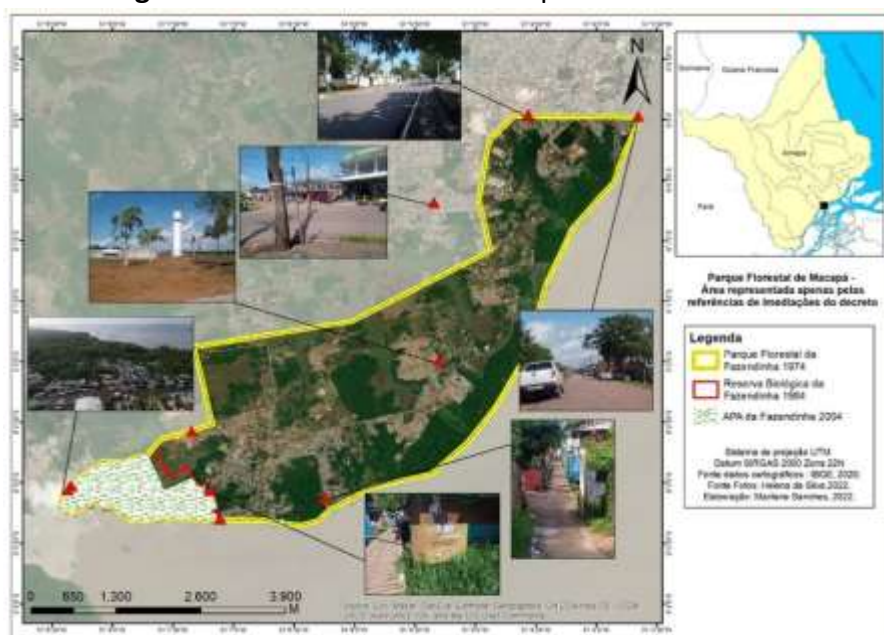
⁷ Entrevista realizada em 27 de julho de 2022. Em 2016 foi ajuizado Ação Civil Pública, com objetivo de impor ao ESTADO DO AMAPÁ a obrigação de elaborar o plano de manejo da APA da Fazendinha. Processo de número: 0020656-58.2016.8.03.0001.

informações coletadas durante esta pesquisa, observou-se que a situação envolve uma série de informações desconhecidas e, ainda não esclarecidas.

Dados da SEMA (2009) dão conta que esta UC foi criada inicialmente como Parque Florestal de Macapá dentro das terras devolutas da União, com cerca de 2.187 hectares sob a administração da Secretaria de Agricultura do ex-Território Federal do Amapá (SEAG). Presume-se que a gleba de terras de 2.187 hectares, tenha sido a princípio, a área do Parque.

De acordo com a Secretaria Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano de Macapá (SEMHOU/PMM)⁸ a mesma gleba de terras (2.187 ha) foi doada ao Município de Macapá em 1984 e, atualmente corresponde a área de expansão urbana de Macapá (figura 4).

Figura 4: Área Presumida do Parque Florestal em 1974



Fonte: Organizado por Silva, H.H e Elaborado por Sanches (2022).

Verificou-se que ao longo de 30 anos, as terras onde hoje se localiza a APA da Fazendinha, sofreram expressiva redução, desencadeadas por transformações socio

⁸ Entrevista realizada em março de 2022.

territoriais, assim como, jurídicas que impactaram na diminuição de sua área natural, em sua tipologia e na gestão desta UC.

AS CIDADES DE MACAPÁ E SANTANA E SEU ELO COM APA DA FAZENDINHA

As cidades de Macapá e Santana resultam de um processo de transformações econômicas e sociais que ao longo de anos refletem na paisagem, uma cartografia social grafada por diferentes conjunturas econômicas.

Segundo dados do IBGE (2020), Macapá é o município mais populoso do Estado do Amapá, com 512.902 habitantes, seguido por Santana com 123.096 habitantes, que são as duas maiores cidades do Estado em termos de dinâmica populacional. Essas duas cidades somam 635.998 habitantes, concentrando 73,8% da população do estado.

O reflexo dessa intensa concentração populacional, foi o surgimento de inúmeros bairros⁹ e loteamentos, acompanhado de uma ocupação desordenada e/ou irregular. De acordo com Ferreira, Souza e Tostes (2015) ambas as cidades tiveram o seu crescimento populacional intensificado a partir dos anos 1980, decorrentes de novas dinâmicas, ocorridas prioritariamente em Macapá, após criação do Estado, impulsionando a concentração da população por moradias, emprego e demais serviços.

A dinâmica urbana vivenciada por essas duas principais cidades, demonstra que existe um entrelaçamento espacial entre elas. Fato que se verifica deste a criação do ex-TFA. De acordo com Porto (2005) era primordial promover estímulos para dinamizar a nova realidade de uma região, que precisava se sustentar economicamente, resguardando e/ou mantendo sob controle suas riquezas naturais.

Esse reordenamento econômico e social produziu um novo arranjo espacial e urbano em Macapá e Santana. Para Silva (2016) essa organização é percebida como um aglomerado urbano Macapá-Santana, compreendido como uma continuidade territorial,

⁹ Existiam no Município de Macapá 28 bairros oficiais e aproximadamente 60 informais (IBGE, 2010). Atualmente Macapá possui 64 bairros, de acordo com a Secretaria Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano (Semhou), por meio da Lei 2.427 PMM, conhecida como Lei dos Bairros.

que nos últimos anos veio ganhando força e novos contornos, a exemplo da expansão de condomínios e de serviços nos eixos rodoviários (sul e oeste).

Esse compartilhamento é percebido também na rede de serviços que envolve o aeroporto Internacional de Macapá, o Porto de Santana e o Distrito Industrial de Santana que são as portas de entradas de boa parte das mercadorias que adentram ao Estado, vinculando cada vez as duas cidades.

A ligação espacial entre as referidas cidades é caracterizada na percepção de Santos (2012) como uma mancha urbana contígua à margem esquerda do canal norte do Amazonas nas imediações da latitude zero e, atualmente, configure-se em um processo de macrocefalia urbana presente na paisagem dessas cidades da região amazônica.

Na percepção de Guitarrara (2021) as consequências sociais, econômicas e ambientais decorrentes da macrocefalia urbana, são percebidas principalmente nas grandes cidades e metrópoles e decorrem de diversos fatores, como a falta de oportunidades no mercado de trabalho ou baixa qualificação, fazendo crescer o número de trabalhadores informais e também de desempregados.

Este contexto socioeconômico, promove o aumento de habitações precárias, por vezes em áreas não apropriadas, gerando um processo de favelização e a intensificação da segregação urbana. Essas habitações irregulares¹⁰, consequências do processo de urbanização, são percebidas na paisagem circundante a APA da Fazendinha, identificadas pela existência de um conjunto de palafitas, localizadas a margem esquerda do Igarapé da Fortaleza, até a confluência com o rio Amazonas.

De acordo com levantamentos realizados por Silva (2009) aproximadamente 3% ou 5 hectares da área circundante a APA da Fazendinha, passou por um processo de apropriação social, caracterizado num arranjo espacial periurbano, representado por esse pequeno enclave de palafitas (concentradas na margem esquerda do rio) e mais algumas propriedades e construções (figura 5).

¹⁰ Para o IBGE (2020) essas habitações, são denominadas de aglomerados subnormais, pela forma irregular de ocupar terrenos públicos ou privados, para fins de habitação, prioritariamente em áreas urbanas, carentes de serviços públicos básicos.

Figura 5: Conjunto de palafitas as margens do Igarapé da Fortaleza



Fonte: Silva, H.H (2022).

Essas especificidades dos fenômenos urbanos que se materializam na estrutura das cidades, deixam marcas em sua paisagem e, são reflexos das relações da sociedade no seu conjunto, a reverberar na ocupação irregular de certas áreas (LEFEBVRE, 2001).

A presença de ocupações irregulares em áreas verdes e/ou áreas de ressaca, assim como no entorno das UC, apresentam-se como espaços alternativos nos municípios de Macapá e Santana. Na percepção de Beleza, Filho e Lima (2014) essas habitações acontecem pela ausência de políticas de habitação, voltadas para o planejamento da cidade.

Somando-se a esses entendimentos Becker (2001) assevera que as cidades por seu papel logístico, foram e continuam sendo essenciais na ocupação da região da amazônica, porém se tornaram verdadeiras florestas urbanizadas e representam um dos maiores problemas ambientais da Amazônia, dadas a velocidade da imigração e a carência de serviços, a espacializar uma forte desigualdade territorial e social.

As transformações no urbano observadas no Amapá, especialmente em Macapá e Santana, revelam uma dinâmica alicerçada em atender o avanço das atividades produtivas, em particular no uso do solo urbano, condição que reverbera no entorno da APA da Fazendinha, revelando um processo de urbanização tardia, que se intensificou nas três últimas décadas, a partir dos anos de 1980.

De acordo com plano diretor da COLE, H.J (1979) era necessário planejar as cidades (Macapá e Santana) em função do grande contingente de população migratória atraídas pela criação de novos postos de emprego e melhores condições de vida. Essa orientação de planejamento e/ou reorganização espacial, veio sendo alicerçada de acordo com as políticas territoriais e econômicas de cada período.

O processo urbano, que se configurou nas cidades de Macapá e Santana, reflete em suas organizações internas, em particular no uso do solo urbano, exercendo uma pressão no entorno da APA da Fazendinha, que se presume está comprometendo toda a manutenção de um ecossistema.

O ENTORNO DA APA DA FAZENDINHA

De acordo com o SNUC, as APA não possuem zona de amortecimento, compreendida como o entorno de uma UC. O estabelecimento dessas zonas tem por finalidade, normatizar e restringir as atividades humanas e seus impactos sobre as unidades.

Figura 7: Buffer da APA da Fazendinha



Fonte: Organizado por Silva, H.H e Elaborado por Sanches (2022).

Consideramos como área de estudo, o entorno da APA, delimitando uma zona *buffer* de 1km a partir de seus limites (figura 7). Importante destacar que o *plano de*

manejo é o instrumento técnico capaz de viabilizar o estabelecimento de normas mais eficazes na gestão das UC, assim como, melhor gerenciar os impactos de atividades próximas aos limites, no caso das APA.

O MMA referenda a importância do plano de manejo e, ressalta que uma de suas principais ferramentas é o *zoneamento*, instrumento que organiza a UC espacialmente em zonas sob diferentes graus de proteção e regras de uso, de acordo com as condições locais bióticas, geológicas, urbanísticas, agropastoris, extrativistas, culturais e outras.

Constata-se que a ausência desses instrumentais legais de implementação da APA da Fazendinha, tornam esta UC vulnerável, quanto as regras de uso, próximo ao entorno de seus limites, uma vez que não se dispõe de respaldo técnico e jurídico a fim de conter certos impactos, a exemplo da ocupação desordenada que ocorre.

As formas espaciais que se apresentam no entorno da APA, conservam traços da dinâmica de apropriação capitalista desde 1974, assim como, revelam um novo padrão em suas formas, decorrente do dinamismo urbano, que atualmente se materializa mais intensamente com a presença de vários loteamentos, condomínios, novos bairros, instituições públicas, empreendimentos e atividades econômicas de natureza variada.

Segundo levantamentos realizados por Santos e Montes (2014) em uma análise temporal (2003-2009) do uso e ocupação no entorno da APA da Fazendinha, constatou um aumento de 11,08% em 2003 para 14,89% em 2009. Os dados desta análise temporal, demonstram que a falta do plano de manejo, desencadeia um processo de degradação dos recursos naturais, impactando na perda da biodiversidade.

Corroborando com essa análise, Brito, Dias e Neto (2017) também destacam as implicações decorrentes da ocupação desordenada, seja no interior da APA ou em seu entorno imediato, ratificando a existência de ações danosas, como a destruição da flora e de habitats, queimadas e roçados, deposição de lixo doméstico, problemas sanitários e de saúde.

Segundo o Ministério Público do Estado do Amapá (MP), o entorno da APA da Fazendinha, apresenta uma grande concentração de moradias desordenadas, ocupações

irregulares de imóveis, comércio de pescado desorganizado, trânsito fluvial não fiscalizado na foz do Igarapé da Fortaleza e a exploração ilegal de recursos naturais.

Este contexto socioeconômico, pressiona o entorno da APA da fazendinha e, reflete uma paisagem espacialmente desigual e contraditória, de um lado a predominância de uma ocupação desordenada e de outro a presença da especulação imobiliária que tende a se intensificar a partir de 2000 (figura 8A e 8B).

Figura 8A: Condomínio Verana



Figura 8B: Bairro Igarapé da Fortaleza



Fonte: Silva, H.H (2022).

Neste cenário, a cidade é o palco a revelar as contradições sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais intrínsecas nos processos pelo uso do solo urbano, que segundo Lefebvre (2001) são estabelecidas pelas relações sociais de determinados grupos de poder. A organização interna das cidades, demonstra que as terras mais bem localizadas e estruturadas, assim como, seus atributos naturais serão apropriados e consumidos pelo capital, pela classe detentora dos meios de produção.

Neste contexto as terras no entorno da APA da Fazendinha, tornaram-se bastante atrativas, por estarem localizadas, em um dos eixos de expansão urbana mais dinâmico e valorizado da cidade de Macapá. Para Silva (2022) o crescimento urbano motiva cada vez mais o interesse e atuação do mercado imobiliário, que é qualificado como agente definidor das novas áreas de expansão urbana, fato que amplia a segregação socioespacial.

Presencia-se um avanço urbano de maneira expressiva em direção ao entorno da APA da Fazendinha, alicerçado juridicamente com o ordenamento territorial, a legitimar processos de ocupação por busca de moradia, concomitante a implementação de atividades econômicas, que se efetivaram ao longo da Rodovia JK.

Observa-se também que as especificidades das relações de produção neste urbe, modificam e moldam a dinâmica com terra, de acordo com o desenvolvimento econômico e social (OLIVEIRA, 1978). Cenário que cria novos lugares e localizações privilegiadas na cidade, alterando significativamente a configuração do território, enquanto espaço de atuação das relações sociais.

O entorno da APA da Fazendinha, revela uma paisagem geográfica alicerçada em antagonismos e contradições inerentes aos diferentes usos da terra, concomitantemente a uma pressão urbana que é decorrente do processo histórico de formação do território amapaense e que na atual conjuntura intensifica-se num processo mais intenso de segregação socio territorial.

Para Nascimento (2022) o entorno da APA da Fazendinha ilustra um verdadeiro circo de horrores, com impacto de toda ordem, uma paisagem repleta de barracas, com a venda de peixe e camarão, ao lado de dejetos, ocupação humana desordenada e a supressão vegetal criminosa, além do óleo e lixo despejado pelas centenas de embarcações que aportam no Igarapé da Fortaleza, contrastando com empreendimentos imobiliários (figura 9A e 9B).

Figura 9A: Barracas de Venda: Peixe/Camarão



Figura 9B: Entorno da APA



Fonte: Silva, H.H (2022).

Geograficamente, as transformações espaciais, ocorridas no entorno da APA da Fazendinha em diferentes momentos demonstram a força do capital nesse processo de mudanças significativas, que impactam essa UC. Para Carlos (1994) as diferentes formas de ocupação da cidade, resultam da própria sociedade capitalista, ao reproduzir suas práticas sociais e econômicas quanto ao uso da terra.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os modelos de ocupação que foram estabelecidos no território amazônico, e por consequência no amapaense, revelam as diferentes formas de apropriação e uso de seus territórios, consequência das relações de produção capitalistas ora estabelecida.

A forma como a sociedade passa a se organizar, em função deste novo modo de produzir, são elementos norteadores, que permitem uma leitura histórica desse processo que reverbera na pressão urbana entorno da APA da fazendinha.

Verifica-se que as relações capitalistas de produção, que se efetivam no entorno da APA da Fazendinha, modelam esse espaço, que se torna requisitado a partir da valorização da terra. E é nessa intrínseca relação social que o uso da terra emerge como divisor de águas, por ser o elemento base de toda atividade humana.

De acordo com os princípios e diretrizes apregoados na Lei nº 873 de 2004, o papel do Estado, enquanto gestor da APA da Fazendinha tem sido marcado por contradições, negligência e/ou omissão quanto a sua responsabilidade em gerir essa porção do território, especialmente *protegidos*, dotados de atributos naturais importantes a sadia qualidade de vida.

Para o MP-AP, a pressão desencadeada no entorno desta UC, que representa um ambiente importante para a qualidade de vida e o bem-estar das populações que ali residem, poderiam ser disciplinadas e/ou minimizadas se não houvesse a omissão do Poder Público, em simplesmente fazer cumprir o que rege a legislação ambiental quanto aos instrumentais de gestão e manejo.

A delimitação da zona *buffer* permitiu uma melhor compreensão de como as relações de produção capitalista atuam e ditam formas e padrões de ocupação nessa área da cidade. A análise do entorno da APA da Fazendinha possibilitou a identificação das classes sociais integrantes deste processo, assim como conhecer as nuances de como o setor imobiliário adentra estrategicamente na produção capitalista e se apropria deste entorno a ponto de conduzir um processo de urbanização desigual e combinado.

A cartografia fundiária da APA, demonstrou claramente como o capital se apropria das terras, mesmo em um cenário histórico de incertezas fundiárias no concernente a titularidade e competências dessas áreas.

A figura do Estado, enquanto tutor da APA e agente regulador do território passa a ser capitalizado pelo sistema, afim de garantir e legitimar essa produção, agora mediado pelo mercado de terras que impôs transformações socio territoriais significativas.

É inquestionável a importância das UC afim de se viabilizar a sustentabilidade econômica, social e ambiental, mas constata-se a omissão e descaso com que são relegadas pelo poder público, que as institui sob o manto jurídico de *espaços protegidos*, a exemplo da APA da Fazendinha.

As UC não passam de construções políticas, a luz de um discurso ideológico que se vende e/ou se propaga, no caso do Amapá, de Estado mais bem preservado, atribuindo a sociedade a responsabilidade de preservá-lo e concedendo ao capital o direito de se apropriar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação das relações capitalistas de produção, introduziram no bojo da sociedade, uma velada ideologia de consumo, a fim de atender, tanto as necessidades da população, no âmbito da moradia e geração de renda, quanto em sua própria demanda por novas formas de se reproduzir.

No Amapá, o uso das terras se apresenta sobre diferentes perspectivas. O viés ambiental, é um desses cenários, que ecoa na sociedade contemporânea, como urgente

discurso de sobrevivência planetária. A preservação ambiental, construída na implementação de Unidades de Conservação é, na verdade, uma geopolítica governamental, afim de assegurar ao Estado, o domínio e controle de porções do território.

Presume-se que a localização da APA da Fazendinha em perímetro urbano favorece um cenário de vulnerabilidade, condicionando a existência de impactos de natureza variada sejam sociais, econômicos e ambientais entre os diferentes sujeitos sociais pela apropriação dessa UC e seu entorno, realidade que vai na contramão do que preconiza o SNUC e o ato legal que a institui.

O modelo de gestão que se busca implementar no Amapá, além de definir os objetivos a serem estabelecidos, deveria promover uma reflexão para que e para quem são criados esses espaços territoriais legalmente protegidos, qual a finalidade em se ter uma variada distribuição espacial de UCs fatiadas entre a União, Estado e Municípios.

Confirmou-se a hipótese de que a pressão urbana exercida no entorno da APA, é reflexo do processo de urbanização pelo qual as cidades de Macapá e Santana vivenciam. Isso se deve a presença das incorporadoras, que nos últimos anos vem fomentando um processo de valorização de terras nas cidades, promovendo um avanço populacional a desencadear ocupações irregulares e/ou desordenadas.

Acerca desse novo momento em que as cidades promovem disputas entre as diferentes classes pelo uso do solo urbano, a atuação do capital, mediada pelo mercado de terras é muito mais ampla do que se consegue mensurar. Sendo assim, a produção capitalista no entorno da APA se traduz em mais um dos tentáculos do capital que se apodera e e/ou legitima as frações do território para usos direcionados a favor de si.

Por fim, reconhecemos na presente análise que o uso da terra, seja no solo urbano ou rural é complexo e não para por aqui. O entorno da APA da Fazendinha, desperta o interesse de se aprofundar no conhecimento e nas discussões inerentes aos processos de uso e apropriação do território, que não ocorrem somente na região amazônica, muito

menos no Amapá, mas certamente, em escala local, regional, nacional e global, possibilitando um amplo de debate.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA. **Áreas protegidas do Estado do Amapá**. Coordenação Geoprocessamento e Tecnologia da Informação Ambiental – CGTIA: Macapá, 2012.

AMAPÁ (Estado). Lei nº 0873 de 31 de dezembro de 2004. **Dispõe sobre a Criação da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha**, no Município de Macapá. Macapá, 2004.

AMAPÁ (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA. **Relatório Técnico: Coletânea de Informações Sobre a APA da Fazendinha**. Macapá, AP, 2009.

AMAPÁ (Estado). Decreto Territorial nº 030 de 24 de outubro de 1974. **Dispõe sobre a Criação do Parque Florestal de Macapá**. Macapá, 1974.

ARAÚJO, Marcos Antônio Reis. **Unidades de Conservação do Brasil: A História de Um Povo em Busca do Desenvolvimento e da Proteção da Natureza**. Organizado por NEXUCS – São Carlos: RiMa Editora, 2012.

ÁREAS PROTEGIDAS. Fundo Vale. In MILANO, Miguel Serediuk. et al. **Conceitos, Histórico, Políticas e Formas de Gestão**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza** e dá outras providências. Brasília, DF, julho de 2000.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília, 2022. Disponível em: <http://sistemas.mma.gov.br/portalcnuc/rel/index.php?fuseaction=portal.consultarFicha>

BECKER. Bertha K. **Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência**. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? Parcerias Estratégicas - Número 12 - Setembro 2001.

BELEZA, Elismar Moraes; FILHO, Juraci Ribeiro Dias; LIMA, Dilvan De Souza. **Análise da Ocupação Antrópica na Área de Proteção Ambiental da Fazendinha- Amapá**, Macapá-AP, UNIFAP, 2014.

BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de Conservação: Intenções e Resultados**. São Paulo. Annablume: FAPESP, 2000.

BRITO, Daguiete Maria Chaves. **A Construção do Espaço Público na Gestão Ambiental de Unidades de Conservação: O caso da APA do Rio Curiaú/AP**. Brasília, 2003.

BRITO, Daginete Maria Chaves; DIAS, Teresa Cristina Albuquerque de Castro; FARIAS, NETO, Hermenegildo Caetano de Castro. **Conflitos Socioambientais e Gestão na Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, Amapá, Brasil XXI**. Ciência Geográfica - Bauru - XXI - Vol. XXI - (2), 2017.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1994.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada/** 6 ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

DRUMMOND, J. A.; DIAS, T. C. A. C.; BRITO, D. M. C. **Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá**. GEA/SEMA. Macapá: MMA/IBAMA-AP; GEA/SEMA, 2008.

FERREIRA, José Francisco; SOUZA, Ana Claudia; TOSTES, José Alberto. **O Desenvolvimento Local Integrado entre as cidades de Macapá e Santana** (Estado do Amapá, Brasil). PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, v. 8, n. 2, p. 149-167. 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios**: In: HEIDRICH, Álvaro Luiz. et al. **Conflitos Territoriais na Estratégia de Preservação da Natureza**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. P 271-290.

GUITARRARA, Paloma. "**Macrocefalia urbana**"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/macrocefalia-urbana.htm>. Acesso em 13 de julho de 2021.

IMAZON. **Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia**. Belém, 2023. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-na-amazonia-triplica-em-marco-e-faz-trimestre-fechar-como-o-2o-pior-desde-2008/>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados Subnormais: Classificação Preliminar e Informações de Saúde para o Enfrentamento à Covid – 19**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama das Cidades**. IBGE. Rio de Janeiro, 2020/2021.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito a Cidade**. 5.ed. São Paulo. Centauro. 2001.

MORAES, Antônio C. R.; COSTA, Wanderley M. **Geografia crítica: A valorização do Espaço**. São Paulo: Hucitec. 1987.

NASCIMENTO, Adilson Garcia. **A Criação da Futura Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa dos Índios: É Solução?** Macapá-AP, 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Geografia Agrária**: perspectivas no início do Século XXI. II Simpósio Nacional de Geografia Agrária/ I Simpósio Internacional de Geografia Agrária - "O Campo no Século XXI", realizado em São Paulo, 05 a 08/11/2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Lógica da Especulação Imobiliária**. Boletim Paulista de Geografia. AGB, nº 55. São Paulo. 1978.

PLANO DIRETOR URBANO DA CIDADE DE MACAPÁ HJ COLE. Macapá, 1979.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Transformações Espaciais e Institucionais do Amapá: Conflitos e Perspectivas**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005 – Universidade de São Paulo.

SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. **Amazônia Setentrional Amapaense: do “mundo” das águas às florestas protegidas**. Presidente Prudente – SP, 2012.

SANTOS, Ivanize Maria Barros dos; MONTES, Maria Nilda Nunes. **Análise da Dinâmica de Ocupação na Área de Proteção Ambiental da Fazendinha e Entorno, entre os anos de 2003 e 2009**, Macapá, 2014.

SILVA, Olavo Fagundes da. **A Apropriação Social do Espaço como Fator de Urbanização na Dinâmica das Cidades Modernas: O Caso da APA da fazendinha**. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Nº 2. Dez. 2009.

SILVA Junior, Orleno Marques da et al. **Atlas Geográfico Escolar do Estado do Amapá / Orleno Marques da Silva Junior et al.** – Macapá: GERCO/IEPA; UNIFAP, 2022.

SILVA, Jonas Pastana da. **Centralidade Política e Econômica de Macapá na Sub-região Norte do Marajó entre 1990 a 2015: Gurupá e Afuá**. Belém-PA, 2016

SILVA, Eliane Aparecida Cabral. **Quando a Terra Urbana Avança como Mercadoria, Aprofunda-se a Segregação Socioespacial**. CONFINS. Revista Franco-Brasileira de Geografia. Dossiê Amapá. Nº 55, 2022.

WATSON, Robert. **Relatório da Conservação Natureza**. Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos (IPBES), da Organização das Nações Unidas (ONU). Paris, 2019.i

Hilda Helena da Silva – Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGeo – Unifap. Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Especialista em Gestão Ambiental pela Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER) e Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Tecnologia do Amapá (META). Atualmente é professora da rede básica de ensino em escola particular no estado do Amapá. <http://lattes.cnpq.br/2352122422978867>.

Patrícia Rocha Chaves – Atualmente é professora Adjunta do curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá e professora do Mestrado em Geografia PPGeo - Unifap. Doutora em Geografia Humana pela USP- Universidade de São Paulo; Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins, possui Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (2006). Professora do Curso de Especialização em Estudos Culturais e Políticas Públicas da UNIFAP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários - NURBA, do Grupo Geografia Agrária da USP e do Observatório da Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas. Assessora da Articulação das CPTs da Amazônia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8368656524963047>.

ELIANE APARECIDA CABRAL DA SILVA - É Doutora em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. Possui Graduação e Mestrado em Geografia pela Universidade Federal

do Mato Grosso do Sul. Atualmente é Professora Adjunto III na Universidade Federal do Amapá, onde coordena o Laboratório de Pesquisa e Ensino em Geografia do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas e integra a equipe do Observatório da Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas. <http://lattes.cnpq.br/1684449537684902>.

Daguinete Maria Chaves Brito - Possui Graduação em GEOGRAFIA LICENCIATURA, GEOGRAFIA BACHARELADO e CIÊNCIAS ECONÔMICAS pela Universidade Federal do Pará (1989, 1991 E 1996), Bacharel em DIREITO, pela Faculdade de Macapá (2015). Mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (2003), Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (2010) e Pós Doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (2022). Atualmente é professora Associada III da Universidade Federal do Amapá. Tem experiência nas áreas de Geografia (Brasil, Amazônia e Amapá), Economia e Direito Ambiental. <http://lattes.cnpq.br/8253405830178022>.

Recebido para publicação em 30 de agosto de 2023.

Aceito para publicação em 08 de agosto de 2023.

Publicado em 21 de agosto de 2023.